

## **A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÃO**

Maria Céu Almeida/Fernando da Silva Salgueiro

Economistas

Professores do ISCAL

## Índice

|   |    |
|---|----|
| Abreviaturas .....  | 3  |
| Resumo .....  | 4  |
| I. Introdução.....  | 6  |
| II – Divulgação Voluntária de Informação.....                                 | 6  |
| 2.1 – Abordagens e Estudos de Divulgação Voluntária de Informação .....       | 6  |
| 2.2 – Evidência da Divulgação Voluntária de informação .....                  | 12 |
| 2.3 – Perspectiva de Harmonização da Divulgação Voluntária de Informação..... | 14 |
| III – Conclusão .....   | 16 |
| Bibliografia .....  | 17 |

## **Abreviaturas**

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

FASB - Financial Accounting Standards Board

IASB – International Accounting Standards Board

SEC – Security and Exchange Commission

ISEA – Institute of Social and Ethical Accountability

EBIT – Earnings before Interests and Taxes

GAAP – Generally Accepted Accounting Principles

ADR's – American Depositary Receipts

## Resumo

Nos últimos anos tem vindo a ser discutida a divulgação das informações financeiras necessárias à consecução do objectivo da Contabilidade, ou seja a possibilidade de fornecer informação acrescida de natureza económica, financeira e social aos utilizadores internos e externos da empresa. Há empresas que não consideram necessário relatar as suas acções junto dos diferentes públicos, ou seja separam a empresa do seu meio envolvente, fazendo uma delimitação entre as esferas interna e externa da empresa.

Esta perspectiva auto centrada, que elimina a envolvente externa do discurso empresarial a qual considera que alguns resultados são dignos de divulgação contabilística, enquanto outros são irrelevantes e devem ser ignorados tem vindo a ser questionada. Neste sentido existem empresas que passaram a considerar necessário relatar acções junto dos diferentes utilizadores interessados, no entanto quando o fazem, é sem uniformidade.

O meio envolvente tem vindo a tornar-se num factor que implica custos, como consequência de requisitos impostos pela regulação governamental sobre o controlo da poluição e devido a uma maior consciencialização do público, que pode afectar a rentabilidade dos negócios enquanto consumidor, empregado ou investidor. O emergir destas exigências baseia-se no pressuposto de que as empresas têm responsabilidades acrescidas, que vão além da obtenção do rendimento financeiro para os accionistas.

Verificando-se nos últimos anos um aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais, gerou-se uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação por parte das empresas, com reflexos no relato financeiro empresarial, motivo pelo qual vários autores e organismos também têm dado atenção à problemática da divulgação voluntária da informação por parte das empresas

Neste contexto, O FASB, elaborou um relatório que identifica quais os benefícios e desvantagens da divulgação voluntária de informação e apresenta algumas recomendações e conclusões para as empresas, enfatizando os efeitos da divulgação voluntária de informação no custo de capital, nas relações com os investidores, e no mercado de capitais.

Outros autores e organismos também têm dado atenção à problemática da divulgação voluntária da informação por parte das empresas:

Para Boeso (2002) era importante que os organismos de harmonização contabilística emitissem recomendações adicionais no sentido de uma maior harmonização, sem se centrarem apenas nos investidores mas também nos outros utilizadores da informação;

Globerman e Singleton (2000) elaboraram um estudo com a finalidade de fornecer a evidência de que as empresas Japonesas se tornariam mais similares ao longo do tempo, na divulgação do relato voluntário da informação contábilística, concluindo que a informação procurada pelos utilizadores é muito diversificada sendo difícil a existência de um padrão comum de divulgação;

Colares e Ponte (2003) demonstraram que as empresas ainda têm muito que evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação voluntária de informação.

**Palavras chave:** *Divulgação Voluntária, Qualidade da Informação e Harmonização da Informação Contábilística.*

## **I. Introdução**

Os estudos efectuados nos últimos anos, constataam um aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais e simultaneamente concluem por um aumento do interesse público e pela preocupação, com o ambiente, com os activos intangíveis e com a responsabilidade social, gerando uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação por parte das empresas, com reflexos no relato financeiro empresarial.

O Financial Accounting Standard Board (FASB) apresentou um relatório desenvolvendo especificamente a temática – Divulgação Voluntária de Informação no Relato Financeiro no qual identifica quais os benefícios e as desvantagens decorrentes da divulgação voluntária de informação apresentando algumas recomendações e conclusões para as empresas e enfatizando os efeitos da divulgação voluntária de informação no custo de capital, nas relações com os investidores e no mercado de capitais.

Outros autores e organismos também têm dado atenção à problemática da divulgação voluntária da informação por parte das empresas razão pela qual o nosso trabalho tem como objectivo identificar os estudos ligados à divulgação de informação voluntária da informação financeira por parte das empresa.

## **II – Divulgação Voluntária de Informação**

O conceito de divulgação voluntária e não voluntária de informação, bem como os motivos que levam as empresas a divulgar informações adicionais tem sido muito discutido nos últimos tempos. De acordo com o American Institute of Certified Public Accountants, Financial Accounting Standards Board, International Accounting Standards Committee a divulgação de informação é definido como : “A divulgação deliberada de informação da empresa para o mercado, seja quantitativa ou qualitativa, requerida ou voluntária, via canais formais ou informais “.

### **2.1 – Abordagens e Estudos de Divulgação Voluntária de Informação**

#### *❖ Investidores e Outros Utilizadores da Informação*

Os objectivos de Healy e Palepu (2000), neste estudo, passaram por analisar a literatura existente sobre os relatórios financeiros e divulgação voluntária de informação, uma vez que os autores afirmam que a divulgação da informação por parte das empresas é um factor fundamental para o correcto funcionamento do mercado de capitais.

Core (2000) visa aprofundar o trabalho de Healy e Palepu (2001), tentando encontrar alternativas para algumas das explicações propostas nesse trabalho.

Gietzmann e Trombetta (2000) propõem um estudo para provar que a escolha da política contabilística tem grande influência na informação prestada voluntariamente.

Botosan e Pumlee (2000) propõem-se examinar a associação entre o custo do capital e três tipos de disclosure (relatório anual, relatório trimestral, e relações com accionistas).

Dos estudos analisados podemos verificar que o objectivo comum foi combinar através de diferentes aproximações a perspectiva dos investidores com o interesse crescente das empresas em divulgarem informação voluntária.

Healy e Palepu (2000) analisaram diversos trabalhos sobre estas matérias focando as pesquisas empíricas dos autores por eles analisados, sendo que alguns deles, tais como os de Verrecchia (2001), Dye (2001), e Lambert (2001), utilizaram igualmente pesquisa de âmbito analítico.

Core (2000) analisa o trabalho de Healy e Palepu (2001), centrando-se na análise empírica efectuada sobre a divulgação voluntária procurando novas explicações, devido ao facto de derivarem desse estudo outras discussões e, mais importante porque a divulgação voluntária de informação afigura-se como a que oferece as maiores oportunidades para gerar melhorias significativas na compreensão do papel da informação contabilística na avaliação das empresas e finanças empresariais.

Gietzmann e Trombetta (2000) conceberam um modelo teórico, baseado em literatura de outros autores, desenvolvido através de equações matemáticas para tentar provar que existe uma interacção entre a escolha das políticas contabilísticas e a informação prestada voluntariamente, e se essa informação pode ser utilizada como substituto da escolha da política contabilística. Na primeira fase apresentaram um modelo de equilíbrio entre a escolha da política contabilística (mais conservadora ou mais uniformizada) e o nível de informação prestada (voluntariamente ou por imposição da política escolhida). Posteriormente testaram se um nível adicional de informação prestada voluntariamente pode ser substituto da política contabilística escolhida. Finalmente foi efectuada uma análise do custo de capital para as situações em que existe mais ou menos informação divulgada voluntariamente.

Botosan e Pumlee (2000) observaram de 3.620 empresas por ano com base no indicador financeiro Value Line. Posteriormente utilizaram vários métodos para calcular o custo esperado do capital, nomeadamente: o *EBO approach* (rEBO), o modelo de *Gordon* com crescimento de dividendos (rDIV), o modelo de *Gordon* com crescimento de salários e o modelo de *Gordon* com crescimento finito (rGORDON).

De uma maneira geral os estudos analisados começaram numa primeira fase por analisar os esquemas da divulgação voluntária propostos pela literatura. Seguidamente, os autores distinguem-se pelos métodos utilizados para calcular a relação do nível de informação prestada com o custo esperado do capital. Alguns, desenvolvem modelos matemáticos de análise tais como *CAPM*, *EBO approach*, *EKO model*, *modelo de Gordon*, entre outros, e vão relacioná-los com estatísticas sobre os níveis da revelação da informação. Outros, fornecem um argumento diferente dividindo a informação voluntária em categorias, como sejam: medidas de desempenho, análise financeira, parâmetros e outra informação sobre a empresa

Healy e Palepu (2000) concluíram que a forma como a divulgação voluntária resolve a alocação de meios através do mercado de capitais depende da sua credibilidade. Esta é reforçada pelo facto de entidades terceiras poderem assegurar a qualidade dessa informação e também pela validação da informação anteriormente divulgada. Ao mesmo tempo defendem que existem mecanismos que serão mais eficientes se existirem penalizações para os gestores que façam divulgação de factos que sabem serem errados. Referem que também existem várias limitações sobre os estudos da divulgação voluntária, tais como, a difícil mensuração da extensão e de alguns tipos, como sejam o capital humano e a satisfação do consumidor. Verificaram ainda que os estudos sobre as consequências económicas tem centrado fundamentalmente em três efeitos: redução do custo de capital, acréscimos na liquidez das acções e o aumento da informação prestada pelos intermediários financeiros.

Core (2000) concluiu que as teorias de finanças empresariais assumem que os accionistas endogenamente optimizam a divulgação da informação, a gestão da empresa e os incentivos aos gestores, de modo a maximizarem o valor das empresas. Assim existe uma troca entre a redução nas assimetrias da informação da componente do custo de capital que resulta do acréscimo da qualidade da informação contra a diminuição de custos de incentivos, de processos (litigation costs) e de custos de propriedade. O autor sustenta igualmente que, nessas teorias, a informação perfeitamente credível não é o ponto óptimo uma vez que gera bastantes custos. Assim, em teoria, apesar da informação não ser totalmente correcta, no ponto de equilíbrio será ainda credível. Core afirma que as leis impostas pelo Estado impedem que os gestores manipulem a informação. No que toca à relação entre divulgação voluntária, investidores institucionais e analistas financeiros o autor cita vários investigadores que confirmam o estudo de Healy e Palepu (2001) de que quanto mais informação é divulgada mais os primeiros investem na empresa, sendo que quanto aos segundos quanto mais estes acompanham as empresas menos estas divulgam informação.

Gietzmann e Trombetta (2000) concluíram que a decisão de divulgar ou não informação voluntária depende principalmente da escolha da política contabilística e que as empresas devem utilizar todos os canais de comunicação disponíveis, não substituindo nenhum deles. Afirmaram também que um aumento da informação prestada voluntariamente nem sempre significa uma diminuição dos custos de capital das empresas, uma vez que a adopção de uma política contabilística uniforme pode impor custos que não diminuem com o simples aumento da comunicação via divulgação voluntária.

Botosan e Pumlee (2000) chegaram à conclusão que o efeito da revelação total faz aumentar o custo do capital. Observaram também que as empresas que procedem a um maior nível de divulgação no relatório anual conseguem obter um custo de capital mais baixo. Maior revelação nos restantes tipos de *disclosure* é associado um custo de capital mais elevado. Concluíram também que não existe nenhuma relação entre o custo de capital e o nível de relações com os accionistas. No entanto, existe uma relação entre o custo de capital e o nível de revelação de informações oportunas, como por exemplo o relatório trimestral.

Os diversos autores chegam a conclusões diferentes, assim Healy e Palepu (2000) e Core (2000) fazem uma relação entre a divulgação da informação e o custo do capital. Afirmam que a divulgação da informação diminui o custo do capital via redução da incerteza. No entanto, Botosan e Pumlee (2000) concluem que o aumento da divulgação poderá significar aumento do custo de capital, assegurando que a revelação total faz aumentar o custo dos mesmos, afirmando no entanto que a divulgação parcial (relatório anual) da informação poderá baixar o custo dos capitais. Gietzmann e Trombetta (2000) afirmam que o aumento da divulgação da informação não significa sempre uma redução de custo de capital.

- ❖ *Disclosure: A evolução da Contabilidade para melhorar a Qualidade das Demonstrações Financeiras aos seus Usuários Externos, principalmente os Accionistas e Investidores*, Norberto Giuntini (2002).

O objectivo do estudo é comparar e verificar a evolução das demonstrações financeiras publicadas actualmente com os demonstrativos do século XIX, bem como colocar algumas sugestões para a melhoria das demonstrações financeiras.

O autor inicia o seu estudo apresentando a evolução histórica da contabilidade, esclarecendo as funções contabilísticas e de controlo, bem como identificando o processo evolutivo da ciência contabilística. De seguida, apresenta os balanços do século XIX, nos EUA, e as actuais práticas contabilísticas. Posteriormente, o autor aborda as demonstrações financeiras objecto de publicação (no Brasil), o uso da informação contabilística na dimensão externa, as iniciativas da Comissão de Valores Mobiliários voltadas para a melhoria da divulgação, finalizando com o aprimoramento da informação contabilística.

O autor conclui que ao comparar-se a evolução das demonstrações financeiras publicadas desde o século XIX até aos nossos dias, percebe-se que a contabilidade evoluiu significativamente. Adianta ainda que com o processo de globalização devem ser utilizados princípios contabilísticos e um processo de evidência que tornem as demonstrações financeiras de mais fácil compreensão pelos utilizadores de

diferentes países, proporcionando maiores oportunidades para a empresa. Por fim, o autor coloca algumas sugestões para a melhoria das demonstrações financeiras que devem ir ao encontro dos objectivos dos utilizadores da informação financeira aperfeiçoando as mesmas não se limitando apenas aos aspectos legais.

- ❖ *Disclosure Quality and the Probability of Informed Trade*, Stephen Brown; Mark Finn; Stephen A. Hillegeist (2001).

O objectivo do estudo é examinar a relação entre o nível de informação voluntária de uma empresa e o nível de assimetria de informação dos investidores da mesma.

Partindo da análise de outros estudos relacionados com o tema e de dados sobre níveis de divulgação da informação compilados pela "Association for Investment Management and Research (AIMR)", os autores utilizaram um modelo recente EKO model desenvolvido por Easley, Kiefer e O'Hara, para estimar o nível de assimetria de informação de cada empresa.

De acordo com os autores, a qualidade da política de divulgação voluntária de informação de uma empresa, de acordo com os resultados da AIMR, está negativamente relacionada com o nível de assimetria de informação. Esta relação deriva da associação negativa entre a qualidade das relações empresariais dos investidores e a frequência com que este tem acesso à informação privada (informação privilegiada). Os autores concluem ainda que uma maior qualidade da informação está associada a um aumento no número médio das transacções iniciadas por investidores menos informados, o que irá diminuir o nível de assimetria da informação.

- ❖ *Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards and Analysts Forecasts*, Ole-Kristian Hope (2002).

O estudo visa determinar a relação entre as previsões dos resultados das empresas por parte dos analistas financeiros e as práticas de divulgação da informação por parte das empresas, bem como qual o papel das normas de contabilidade.

O autor realizou testes de robustez (robustness tests) incluindo o teste da potencial simultaneidade entre as escolhas de divulgação de informação por parte das empresas e o grau de acerto das previsões, utilizando para o efeito uma amostra de 22 países.

O autor conclui que a quantidade de informação divulgada pelas empresas nos relatórios anuais está positivamente correlacionada com o grau de acerto nas previsões efectuadas pelos analistas financeiros. O autor afirma ainda que, no que respeita ao papel das normas internacionais, os gestores tendem a

seguir as regras estabelecidas o que reduz as dúvidas dos analistas quanto à contabilidade das empresas.

- ❖ *Problemas de disclosure no Brasil – o caso das empresas com acções no exterior*, Artur Franco Bueno (1999).

O objectivo que Bueno (1999) propôs neste estudo foi verificar o nível de *disclosure* praticado pelas empresas brasileiras no mercado nacional e internacional (EUA).

O autor seleccionou empresas brasileiras com ADRs negociados EUA, para elaborar uma análise de conteúdo sobre as diferenças na divulgação de informação prestadas em ambos os mercados financeiros. Para o efeito o autor debruçou-se na análise de demonstrações financeiras e não financeiras, tais como: balanços; demonstrações de resultados; relatórios anuais, boletins, materiais distribuídos em reuniões com analistas.

Bueno (1999) concluiu que as empresas no mercado nacional (Brasileiro) praticam um nível de divulgação de informação mais reduzido em relação ao mercado internacional (EUA). Constatou ainda que diferentes empresas praticam níveis diferentes de divulgação da informação. Na maior parte das vezes, as empresas optam por um adequado nível de divulgação de informação com informações além do formalmente exigido, mas que na prática se revelam de pouca utilidade.

- ❖ Financial Accounting Standards Board (FASB)

O FASB levou a cabo um estudo das práticas de divulgação voluntária de informação o qual teve como objectivo ajudar as empresas a melhorar a informação divulgada, exemplificando com casos de outras empresas que fazem uma extensiva divulgação voluntária de informação, bem como identificar os benefícios e desvantagens da divulgação voluntária de informação.

No seu relatório o FASB conclui que os potenciais benefícios, para as empresas e seus proprietários, da divulgação voluntária de informação estão relacionados com: o menor custo médio do capital; o aumento da credibilidade e melhoria das relações com os investidores; o acesso a mercados mais líquidos com menores variações de preço entre transacções; a probabilidade de realização de melhores decisões de investimento, o menor perigo de litigação relacionada com divulgação inadequada de informação e melhor defesa quando surgem tais processos.

Afirma, ainda, no seu relatório que a divulgação voluntária de informação acarreta também custos para as empresas, tais como: desvantagens competitivas derivadas da divulgação de informação;

desvantagens na negociação com fornecedores, clientes e empregados; e litigação por informação inadequada.

No que respeita às vantagens geradas pela divulgação voluntária de informação para a economia mundial, o FASB aponta os seguintes factores: alocação de capital mais eficiente; efeito no investimento do menor custo do capital; mercados de capitais mais líquidos.

Relativamente às desvantagens o FASB apresenta como pontos negativos da divulgação voluntária de informação para a economia: custos de desenvolver, apresentar, perceber e analisar a informação e quebra do crescimento atribuída à inadequada divulgação de informação.

Algumas das recomendações e conclusões constantes do relatório do FASB são as seguintes: espera-se que as divulgações voluntárias de informação ganhem importância no futuro devido às rápidas alterações no meio empresarial; verifica-se que é benéfico para as empresas prestarem informação adicional sobre activos intangíveis, uma vez que os mesmos são de extrema importância para o cálculo do valor da empresa; a divulgação voluntária de informação deve cobrir não só informações positivas sobre a empresa, mas também informações negativas; as divulgações são mais úteis se relatarem previamente os planos e objectivos seguidos dos resultados alcançados confrontado-os com aqueles planos e objectivos já traçados; e que os cálculos utilizados para determinar a estratégia da empresas e a gestão de operações da mesma são muito úteis para a divulgação voluntária de informação, devendo ser explicados e consistentemente divulgados periodicamente.

## **2.2 – Evidência da Divulgação Voluntária de informação**

O objectivo de análise da pesquisa de Colares e Ponte (2003) foi verificar o grau de evidência no tocante à prestação de informações voluntárias pelas empresas brasileiras.

Para Gonçalves e Ott (2002) o objectivo da pesquisa foi o de identificar os demonstrativos ou relatórios que reportavam informações não exigidas pela legislação vigente, bem como destacar alguns pontos a evidenciar nas demonstrações divulgadas.

O objectivo dos dois estudos é convergente na medida em que ambos procuram estudar quais os pontos que as empresas em análise evidenciam em complemento às informações obrigatórias.

Numa primeira etapa do estudo levado a cabo por Colares e Ponte (2003), procurou-se conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre evidência contabilística praticada pelas empresas analisadas no que toca à divulgação voluntária de informação. De seguida os autores elaboraram uma pesquisa documental das demonstrações financeiras de 95 empresas escolhidas aleatoriamente, submetendo-as a uma análise de conteúdo (content analysis). Com a análise preliminar, foi possível

transformar os dados qualitativos em dados quantitativos passíveis de serem trabalhados no *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. Seguidamente os autores procuraram realizar uma análise qualitativa dos dados, por meio de discussão crítica, e da análise quantitativa, através de tabelas de frequência e gráficos estatísticos. Os principais pontos de análise de conteúdo determinados pelos autores na sua pesquisa foram: descrição dos negócios; produtos e serviços; conjuntura económica; investimentos realizados; direitos dos accionistas e dados de mercado; e recursos humanos.

Por seu turno, Gonçalves e Ott (2002), recorreram, para realização da sua pesquisa, à página da Internet da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira, no sentido de identificar as empresas a analisar, colher informações a partir das demonstrações financeiras e demais relatórios de 743 empresas. Os principais pontos de divulgação de análise de conteúdo do estudo foram: programas de recursos humanos; análise da situação económico-financeira; o *EBIT*; investimentos realizados e a realizar, e indicadores de desempenho.

As metodologias utilizadas pelos autores destas pesquisas convergem no sentido da análise de conteúdo das informações prestadas pelas empresas à luz de pontos comuns, tais como: programas de recursos humanos; análise da situação económico-financeira; e investimentos realizados e a realizar.

Os resultados da pesquisa de Colares e Ponte (2003) demonstraram que as empresas (brasileiras) em geral ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação voluntária de informação. Os autores concluem ainda, que algumas empresas já reconhecem a importância da apresentação de informações não exigidas pela legislação nas suas demonstrações financeiras como um diferencial competitivo. São empresas que de acordo com os autores evidenciam a “Demonstração do Valor Adicionado”, a “Demonstração de Fluxos de Caixa”, informações sobre trabalhos sociais e preservação do meio-ambiente.

Gonçalves e Ott (2002) constataram que os pontos de evidência mais utilizados pelas empresas (brasileiras), mais concretamente, as informações elaboradas e dirigidas aos utilizadores externos da informação em complemento às demonstrações financeiras exigidas pela legislação em vigor, foram: programas de recursos humanos; análise da situação económico-financeira; e investimentos realizados e a realizar.

Dos estudos analisados constatou-se em primeiro lugar que a divulgação é influenciada por factores culturais, pressões do mercado internacional, pressões do governo e organismos reguladores. Em ambos os estudos, foi referido que a evidência respeita a todo o quadro de demonstrações financeiras, e que vários são os métodos disponíveis para realização da mesma, como seja: a forma e apresentação das demonstrações financeiras; informações entre parênteses; notas explicativas; quadros e demonstrativos suplementares; parecer de auditoria; e relatório de gestão. Por outro lado, constatou-se que os pontos de evidência mais utilizados se referiam aos programas de recursos humanos; análise da situação económico-financeira; e investimentos realizados e a realizar.

### 2.3 – Perspectiva de Harmonização da Divulgação Voluntária de Informação

Na pesquisa levada a cabo por Boeso (2002), o objectivo foi estudar porquê e como as organizações de contabilidade e os principais centros de pesquisa regulamentam a divulgação voluntária de informação com a finalidade de criar uma estratégia rentável para a empresa, de modo a relevar a importância da divulgação voluntária de informação.

Para Globerman e Singleton, (2000) a finalidade do estudo era fornecer evidência de que as empresas Japonesas se tornariam mais similares ao logo do tempo, na sua divulgação do relato voluntário da informação contabilística.

Dos dois estudos analisados neste âmbito, identificámos o objectivo comum de reconhecer a amplitude da harmonização da informação divulgada voluntariamente.

Numa primeira fase do estudo, Boeso (2002) enumerou os principais esquemas e diferenças das divulgações voluntárias propostos pelos EUA e Europa. Seguidamente, descreveu quais os documentos oficiais de reporte financeiro defendidos pelas organizações de contabilidade, *SEC* e os principais centros de pesquisa (*AICPA*, *ISEA*). Numa terceira fase fez uma análise crítica dos esquemas de divulgação voluntária propostos pelo *FASB* e *AICPA* e apresentou a sua abordagem.

Por seu turno Globerman e Singleton (2000) seleccionaram uma amostra aleatória de empresas cotadas no índice *Nikkei 225* nos anos de 1989 e 1998, excluindo as empresas do ramo bancário, segurador e de segurança, devido ao elevado nível de regulamentação destes sectores. Seguidamente analisaram os dois períodos para detectar mudanças significativas no relato da informação na década de 90. Depois foi escolhido o índice de divulgação desenvolvido por Botosan (1997), por utilizar as categorias de medição que reflectem de forma mais próxima o comportamento voluntário da divulgação para as empresas da amostra. Os componentes principais desse índice são classificados em cinco categorias: informação de fundo; sumário de cinco anos de resultados históricos; estatísticas não financeiras chave; discussão projectada da informação e gestão e análise das operações. Cada categoria continha as perguntas específicas que representavam a divulgação voluntária dos gestores da informação para a categoria dada. A contagem do índice de divulgação é baseada na informação em cada relatório anual.

Apesar dos dois estudos terem analisado a harmonização das práticas de divulgação voluntária de informação, o Boeso (2002) utilizou uma abordagem empírica, enquanto que Globerman e Singleton (2000) empregaram métodos estatísticos.

Boeso (2002) convida as principais organizações de contabilidade a desenvolver recomendações adicionais na divulgação voluntária de informação e, conclui, que as recomendações futuras podiam

ênfatizar a análise quantitativa e financeira, melhor que divulgações qualitativas, e podiam permitir que os gestores se dirigissem directamente não somente ao investidor e ao credor, mas também aos outros utilizadores da informação.

A análise de Globerman e Singleton (2000) demonstrou que as praticas de divulgação voluntária de informação das empresas Japonesas mantiveram-se ao longo da década de 90. Os resultados obtidos, de alguma forma, contrariam a expectativa de que o aumento da competição pelo financiamento de capital entre as empresas Japonesas levaria a uma maior uniformidade (harmonização) da divulgação das suas práticas. Uma possível razão para estes resultados será que a informação procurada pelos potenciais investidores e financiadores varia substancialmente para cada uma das empresas, pelo que isso influencia as suas divulgações voluntárias de informação, tornando-se difícil um padrão comum para todas elas.

Da nossa análise constatamos que para Boeso (2002) é necessário uma maior harmonização na divulgação voluntária de informação, através de recomendações adicionais a emanar dos principais organizações de contabilidade e centros de pesquisa. Por outro lado, Globerman e Singleton (2000) defendem que a informação procurada pelos utilizadores da mesma é muito diversificada, pelo que é difícil um padrão comum de divulgação

### III – Conclusão

De acordo com AICPA (1994), nos últimos anos tem-se verificado um aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais, gerando uma necessidade crescente de maior divulgação de informação por parte das empresas.

Outros organismos internacionais de harmonização contabilística têm-se debruçado sobre o assunto, nomeadamente o FASB, tendo o mesmo elaborado um relatório que identifica quais os benefícios e desvantagens da divulgação voluntária de informação e apresenta algumas recomendações e conclusões para as empresas, enfatizando os efeitos da divulgação voluntária de informação no custo de capital, nas relações com os investidores, e no mercado de capitais.

No entanto para Boeso (2002), era importante que estes organismos emitissem recomendações adicionais no sentido de maior harmonização, sem se centrarem apenas no investidor mas também nos outros utilizadores da informação. Por seu turno, Globerman e Singleton (2000) defendem que tal harmonização é difícil de conseguir devido à procura diversificada de informação por parte dos utilizadores.

Uma forma das empresas convergirem no tipo de informação que divulgam é evidenciarem, para além das demonstrações financeiras exigidas legalmente, outros pontos relevantes, tais como, programas de recursos humanos; análise da situação económico-financeira; e investimentos realizados e a realizar, como afirmam Colares e Ponte (2003) e Gonçalves e Ott (2002).

No relatório do FASB, bem como nos estudos realizados por Healy e Palepu (2000) e Core (2000) conclui-se que a divulgação voluntária de informação conduz ao menor custo médio do capital, assim como ao aumento da credibilidade e melhoria das relações com os investidores. Por outro lado, para Botosan e Pumlee (2000), Gietzmann e Trombetta (2000) poderá haver situações em que tal não acontece.

## Bibliografia

- FASB, 2001, *Improving Business Reporting: Insights Into Enhancing Voluntary Disclosures*, ([www.fasb.org](http://www.fasb.org)).
- Boesso, Giacomo 2002, *Forms of Voluntary Disclosure: Recommendations and Business Practices in Europe and U.S.*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Globerman, Steven, 2000, *Harmonization of Voluntary Disclosure Practices By Japanese Companies*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Colares, Marcelle e Ponte, Vera Maria Rodrigues, 2003, *A Prática da Evidência de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Financeiras das Empresas Brasileiras*, ([www.inf.ufrgs.br](http://www.inf.ufrgs.br)).
- Gonçalves, Odair e Ott, Ernani, 2002, *A Evidência nas Companhias Brasileiras de Capital Aberto*, ([www.anpad.org.br](http://www.anpad.org.br)).
- Healy, Paul M. e Palepu, Krishna G., 2000, *A Review of the Empirical Disclosure Literature*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Core, John E., 2002, *A Review of the Empirical Disclosure Literature: Discussion*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Gietzmann, Miles e Trombetta, B. Marco, 2000, *Disclosure Interactions: Accounting Policy Choice and Voluntary Disclosure Effects on The Cost of Capital*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Botosan, Cristine A. e Pumlee, Marlene A., 2000. *Disclosure Level and Expected Cost of Equity Capital: An Examination of Analysts' Rankings of Corporate Disclosure*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Giuntini, Norberto, 2002, *Disclosure: A evolução da Contabilidade para Melhorar a Qualidade das Demonstrações Financeiras aos seus Usuários externos, Principalmente os Accionistas e Investidores*, ([www.fecap.com.br](http://www.fecap.com.br)).
- Brown, Stephen, Finn, Mark e Hillegeist, Stephen A., 2001, *Disclosure Quality and the Probability of Informed Trade*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Hope, Ole-Kristian, 2002, *Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards and Analysts Forecasts*, (<http://mitsloan.mit.edu>).
- Bueno, Artur Franco, 1999, *Problemas de Disclosure no Brasil – o Caso das Empresas com Ações no Exterior*, ([www.fipcafi.com.br](http://www.fipcafi.com.br)).